26º ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
A Amazônia na sociedade global em rede: assimetrias e potencialidades informacionais, tecnológicas e ambientais
Belém, Pará, 09 a 13 de novembro de 2026
Universidade Federal do Pará

XXVI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - XXVI ENANCIB

ISSN 2177-3688

GT 2 – Organização e Representação do Conhecimento

DILEMAS ÉTICOS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA NA ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO

ETHICAL DILEMMAS OF GENERATIVE ARTIFICIAL INTELLIGENCE IN KNOWLEDGE ORGANIZATION AND REPRESENTATION

Simone Rezende – Universidade Estadual de Londrina (UEL)
Ana Cristina de Albuquerque – Universidade Estadual de Londrina (UEL)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: O artigo analisa os dilemas éticos decorrentes da incorporação da Inteligência Artificial Generativa aos processos de Organização e Representação do Conhecimento. Trata-se de pesquisa bibliográfica e documental, de natureza exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa. O *corpus* foi composto pelos volumes I e II da obra Desafios Éticos na Organização do Conhecimento, organizada por Ribeiro (2025), selecionados por reunirem discussões recentes sobre ética, valores, problemas e dilemas na área. A partir da leitura integral dos capítulos, foram identificados conceitos transversais, problemas éticos recorrentes e macrodimensões analíticas relacionadas à autoria, proveniência e responsabilidade intelectual; confiabilidade, transparência e governança algorítmica; justiça epistêmica e diversidade representacional; representação e organização do conhecimento; sistemas de organização do conhecimento; mediação, recuperação e uso da informação e infraestruturas informacionais, poder e governança. Os resultados indicam que a Inteligência Artificial Generativa amplia e reconfigura dilemas já discutidos pela Organização e Representação do Conhecimento, especialmente quanto à confiabilidade das representações, à preservação da proveniência, à supervisão humana e à responsabilidade pelos produtos informacionais gerados ou modificados por sistemas automatizados. Conclui-se que a área oferece fundamentos conceituais relevantes para orientar o uso crítico, ético e responsável dessas tecnologias em ambientes informacionais.
Palavras-chave: Inteligência Artificial Generativa; Organização do Conhecimento; Representação do Conhecimento; Ética.

Abstract: This article analyzes the ethical dilemmas arising from the incorporation of Generative Artificial Intelligence into Knowledge Organization and Representation processes. It is a bibliographic and documentary study of an exploratory and descriptive nature, adopting a qualitative approach. The *corpus* consisted of Volumes I and II of the work Ethical Challenges

in Knowledge Organization, edited by Ribeiro (2025), selected for bringing together recent discussions on ethics, values, problems, and dilemmas in the field. Based on a full reading of the chapters, transversal concepts, recurring ethical issues, and analytical macro-dimensions were identified, related to authorship, provenance, and intellectual responsibility; reliability, transparency, and algorithmic governance; epistemic justice and representational diversity; knowledge representation and organization; knowledge organization systems; information mediation, retrieval, and use; and informational infrastructures, power, and governance. The results indicate that Generative Artificial Intelligence expands and reconfigures dilemmas already discussed within Knowledge Organization and Representation, especially regarding the reliability of representations, the preservation of provenance, human supervision, and responsibility for informational products generated or modified by automated systems. The study concludes that the field offers relevant conceptual foundations to guide the critical, ethical, and responsible use of these technologies in informational environments.
Keywords: Generative Artificial Intelligence; Knowledge Organization; Knowledge Representation; Ethics.

1 INTRODUÇÃO

A expansão da Inteligência Artificial Generativa (IAG), especialmente por meio dos Grandes Modelos de Linguagem, tem alterado os processos de produção, circulação, acesso e uso da informação. Na Organização do Conhecimento, essas tecnologias vêm sendo incorporadas a atividades como classificação, indexação, catalogação, descrição documental, construção de ontologias, vocabulários controlados e geração de metadados.

Entretanto, conforme Floridi e Chiriatti (2020) sua utilização suscita desafios que ultrapassam a dimensão técnica. Os autores oferecem subsídios para pensar os limites epistemológicos, sociais e éticos ao produzir conteúdo e representações informacionais de forma autônoma ou semiautônoma, a IAG tensiona princípios como autoria, proveniência, confiabilidade, transparência e responsabilidade. Esses aspectos são pontos de discussão para a Organização do Conhecimento, pois, conforme Hjørland (2008) esta não é neutra, suas práticas refletem valores, visões de mundo e perspectivas epistemológicas situadas em comunidades discursivas específicas.

Diante desse cenário, o presente trabalho questiona: quais dilemas éticos emergem do uso da IAG referente aos processos da Organização e Representação do Conhecimento, considerando que escolhas epistemológicas, terminológicas e representacionais afetam a autoria, a proveniência, a responsabilidade intelectual e a confiabilidade da informação? O objetivo proposto é discutir a incorporação da IAG nas atividades de Organização e

Representação do Conhecimento (ORC), com vistas à sistematização de discussão sobre dilemas éticos aplicáveis aos processos de organização e à representação.

A justificativa desta pesquisa decorre do fato de que a IAG passou a atuar em processos centrais da ORC, como classificação, indexação, descrição documental, geração de metadados e mediação da informação o que perpassa por uma dimensão ética própria, associada à garantia cultural, à responsabilidade social e à representação adequada de diferentes sujeitos e saberes (Guimarães; Milani; Evangelista, 2015; Guimarães; Milani; Pinho, 2008; Hjørland, 2002, 2008).

Nesse contexto, a incorporação da IAG enfatiza dilemas já discutidos pela ORC, especialmente aqueles relacionados à autoria, proveniência, responsabilidade intelectual, confiabilidade documental e justiça epistêmica. Noble (2018) e Crawford (2021) afirmam que sistemas algorítmicos podem reproduzir desigualdades, vieses e relações de poder presentes nos dados e nas infraestruturas que os sustentam. Assim, a contribuição deste estudo consiste em discutir esses dilemas a partir dos fundamentos da ORC e propor uma estrutura analítica capaz de orientar a reflexão ética sobre o uso da IAG na organização, representação e mediação do conhecimento.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, de natureza exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa. O *corpus* documental foi composto pelos volumes I e II da obra *Desafios Éticos na Organização do Conhecimento*, organizada por Ribeiro (2025), selecionados por reunirem discussões recentes sobre ética, valores, problemas e dilemas na ORC. O recorte da investigação concentra-se, portanto, nos dilemas éticos da IAG no âmbito da Organização e Representação do Conhecimento, a partir do *corpus* documental selecionado, não abrangendo as discussões mais amplas da Ética da Informação ou das abordagens econômicas e políticas das tecnologias digitais.

O primeiro passo da pesquisa consistiu na leitura integral dos capítulos dos dois volumes. Em seguida, foram identificados conceitos, problemas, valores e dilemas éticos recorrentes relacionados à temática investigada. Após essa identificação, os dados foram sistematizados em uma matriz analítica. Nessa etapa, os elementos extraídos do *corpus* foram agrupados por aproximação temática, o que permitiu reconhecer recorrências e convergências conceituais entre os textos analisados. Com base nesse procedimento, foram definidos conceitos transversais, como autoria, proveniência, responsabilidade intelectual, confiabilidade documental e justiça epistêmica.

Na etapa seguinte, os conceitos e dilemas identificados foram organizados em macrodimensões analíticas, categorias de nível superior que organizam o *corpus* em eixos de interpretação para a análise de conteúdo (Bardin, 1977; Minayo, 2001), construídas para representar os principais núcleos de discussão ética presentes no *corpus*. Essas macrodimensões subsidiaram a formulação de questões éticas centrais, utilizadas para problematizar os potenciais impactos da IAG sobre os processos de ORC. Por fim, os resultados foram interpretados à luz dos referenciais da ORC, da Ética da Informação e dos estudos sobre Inteligência Artificial, buscando evidenciar como a IAG amplia ou reconfigura desafios éticos já discutidos pela área.

Desse modo, o estudo busca contribuir para a sistematização de uma discussão ética sobre a incorporação da IAG nos processos de ORC, evidenciando elementos conceituais que podem orientar análises futuras no campo.

2 ÉTICA NA ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO

A incorporação da IAG aos processos informacionais não pode ser compreendida apenas a partir de sua dimensão técnica, pois os sistemas de IA incorporam escolhas relativas aos dados utilizados, aos critérios de processamento e às finalidades estabelecidas em seu desenvolvimento. Nessa perspectiva, a neutralidade tecnológica se torna questionável, uma vez que a produção e o uso desses sistemas ocorrem em contextos sociais, culturais e normativos específicos. No caso da IAG, essa condição se intensifica porque parte das operações de produção e representação da informação passa a depender de modelos em que os critérios nem sempre são acessíveis aos usuários, o que dificulta a identificação dos valores e das decisões que orientam seus resultados (Capurro, 2014; Floridi, 2023).

No campo informacional, a ética permite examinar os valores e responsabilidades associados à produção, organização, circulação e uso da informação, bem como os efeitos das decisões tomadas nesses processos. A Ética da Informação amplia essa reflexão ao considerar os conflitos e as implicações decorrentes das relações entre sujeitos, tecnologias e ambientes informacionais. Sob essa perspectiva, os dilemas relacionados à IAG não se restringem à eficiência ou ao desempenho dos sistemas, mas envolvem as consequências das escolhas incorporadas aos processos informacionais e os critérios utilizados para avaliar sua legitimidade e responsabilidade (Capurro, 2014; Floridi, 2023).

Essa discussão também exige considerar as estruturas de poder que são associadas à produção e à circulação dessas tecnologias. A IA está inserida em arranjos econômicos e políticos marcados pela concentração de recursos, infraestrutura e principalmente pela capacidade decisória de grandes corporações tecnológicas. Essa configuração pode reforçar hierarquias já existentes nos ambientes informacionais e ainda ampliar a dependência tecnológica. Para a CI e, de modo particular, para a ORC, essa questão é relevante porque os sistemas generativos passam a interferir em processos de mediação, classificação e recuperação da informação, o que torna necessário problematizar também quem controla essas tecnologias e quais interesses atravessam sua utilização (Crawford, 2021; Noble, 2018; Grohmann; Schneider; Silveira, 2024).

A ORC constitui um campo teórico e aplicado dedicado à estruturação do conhecimento registrado, com vistas à sua representação, recuperação e uso em diferentes ambientes informacionais. Dahlberg (2006) compreende esse campo como uma área voltada à ordenação sistemática dos conceitos e das relações que se estabelecem entre eles. Hjørland (2008), por sua vez, amplia essa compreensão ao defender que a organização do conhecimento deve ser analisada em relação aos domínios nos quais o conhecimento é produzido e socialmente validado.

De acordo com autores supracitados, trata-se de uma prática situada, pois os Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC), refletem escolhas conceituais e valores presentes nos contextos em que são produzidos. E os instrumentos de representação condicionam o acesso à informação e podem produzir efeitos de visibilidade, apagamento, inclusão ou exclusão nos ambientes informacionais.

A discussão ética na Organização e Representação do Conhecimento tem sido desenvolvida a partir da compreensão de que os processos de descrição, classificação, indexação e representação são permeados por valores que influenciam a produção, a circulação e o acesso ao conhecimento. A ORC possui um núcleo axiológico próprio, constituído por valores como precisão, garantia cultural, acessibilidade, diversidade e hospitalidade dos sistemas. Nessa perspectiva, os processos de organização do conhecimento deixam de ser compreendidos apenas como operações técnicas e passam a ser analisados também sob a ótica das responsabilidades sociais e profissionais envolvidas na mediação entre conhecimento e usuários. Os dilemas éticos da ORC emergem justamente da relação entre os valores que orientam a atividade profissional e os problemas decorrentes de sua ausência ou fragilidade,

como censura, marginalização, negligência, falta de garantia cultural e direcionamento informacional (Guimarães; Milani; Evangelista, 2015; Guimarães; Milani; Pinho, 2008).

A reflexão ética na ORC desenvolve-se a partir da crítica à neutralidade dos sistemas de representação e do reconhecimento da diversidade cultural como elemento constitutivo dos processos de organização do conhecimento. Zamboni e Francelin (2016) observam que a crença na neutralidade pode favorecer a reprodução de vieses e processos de invisibilização de grupos sociais. Em sentido convergente, Guimarães, Milani e Pinho (2008) destacam a garantia cultural, a garantia ética e a hospitalidade como fundamentos para a construção de sistemas capazes de representar adequadamente diferentes comunidades discursivas. Sob essa perspectiva, a representação do conhecimento é compreendida como atividade socialmente situada, influenciada por valores, contextos e visões de mundo (Capurro, 2014).

Nos ambientes digitais, a discussão ética da ORC passou a abranger também ontologias, taxonomias e modelos conceituais utilizados na estruturação do conhecimento. Essas estruturas incorporam pressupostos teóricos, escolhas conceituais e valores que influenciam a interpretação dos dados e a recuperação da informação. Sua análise envolve questões relacionadas à transparência, à adequação conceitual, à garantia cultural e à responsabilidade nos processos de representação (Capurro, 2014; Guimarães; Milani; Evangelista, 2015; Guimarães; Milani; Pinho, 2008; Rovetto, 2024; Zamboni; Francelin, 2016).

3 ANÁLISE DOS DILEMAS ÉTICOS DA IAG NA ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO

Antes da análise dos dilemas éticos, apresentam-se os conceitos transversais que orientaram a interpretação do *corpus* documental. Tais conceitos foram selecionados por sua recorrência nas discussões sobre ética na Organização e Representação do Conhecimento e por sua relevância para a compreensão das implicações éticas da IAG sobre os processos de produção, organização, representação e uso do conhecimento. Esses conceitos transversais identificados no *corpus* documental e apresentado no quadro um abaixo contribuem para explicitar os fundamentos conceituais que sustentam a análise desenvolvida ao longo deste estudo.

Quadro 1 – Conceitos transversais identificados no *corpus* documental

Conceito transversal	Síntese no c*orpus* de investigação	Uso na análise
Autoria	Relaciona-se à atribuição intelectual e à responsabilidade sobre conteúdos produzidos, mediados ou reorganizados.	Examinar quem responde por representações produzidas com apoio da IAG.
Proveniência	Refere-se à origem, trajetória e contexto de produção da informação.	Verificar como conteúdos gerados ou modificados por IA preservam rastros de origem.
Autenticidade	Diz respeito à integridade e à confiabilidade do objeto informacional.	Avaliar riscos de conteúdos artificiais, manipulados ou sem comprovação documental.
Confiabilidade	Aparece ligada à qualidade dos processos e produtos de representação.	Analisar se as classificações, metadados e descrições geradas por IA são verificáveis.
Rastreabilidade	Relaciona-se à possibilidade de acompanhar decisões, fontes e etapas de tratamento informacional.	Discutir a necessidade de registrar intervenções humanas e algorítmicas na ORC.
Responsabilidade	Envolve os efeitos éticos das decisões representacionais.	Definir quem responde por erros, vieses, apagamentos ou distorções produzidas pela IAG.
Transparência	Refere-se à clareza dos critérios utilizados nos sistemas.	Questionar a opacidade dos modelos generativos aplicados à classificação e indexação.
Explicabilidade	Relaciona-se à possibilidade de compreender como uma decisão foi produzida.	Analisar se é possível justificar categorias, descritores e metadados sugeridos por IA.
Auditabilidade	Refere-se à verificação posterior dos processos e resultados.	Propor que usos da IAG na ORC sejam passíveis de revisão técnica e ética.
Justiça epistêmica	Trata da inclusão de diferentes formas de saber e do combate ao apagamento.	Avaliar se a IAG amplia ou reduz a visibilidade de sujeitos, grupos e epistemes.
Inclusão informacional	Refere-se ao acesso equitativo e à representação de grupos diversos.	Examinar se os sistemas mediados por IA contemplam diferenças culturais e sociais.
Pluralidade conceitual	Relaciona-se à coexistência de diferentes formas de nomear e representar.	Evitar que a IAG reforce categorias únicas, hegemônicas ou redutoras.
Mediação	Diz respeito à atuação entre produção, organização, acesso e uso do conhecimento.	Reafirmar a necessidade de supervisão humana nos processos automatizados.
Recuperação da informação	Refere-se ao acesso efetivo aos conteúdos organizados.	Analisar como a IAG altera critérios de busca, recomendação e visibilidade.

Representação temática	Envolve a atribuição de assuntos, descritores e categorias.	Verificar riscos de má representação, enviesamento e apagamento semântico.
Classificação	Refere-se à ordenação conceitual dos saberes.	Examinar como classificações automatizadas podem incluir, excluir ou hierarquizar.
Indexação	Envolve seleção de termos para representar conteúdo.	Avaliar a pertinência e os limites da indexação automática com IA.
Metadados	São elementos descritivos que estruturam a recuperação e o uso da informação.	Discutir geração automatizada de metadados e seus impactos na confiabilidade.
Governança ética da informação	Envolve normas, critérios e responsabilidades institucionais.	Sustentar a necessidade de diretrizes para uso da IAG na ORC.
Normatividade profissional	Refere-se aos compromissos éticos da atuação informacional.	Articular a proposta de código de ética ao papel dos profissionais da informação.

Fonte: Elaboração própria, 2026.

A partir dos conceitos transversais apresentados no Quadro 1, foram identificados problemas éticos recorrentes no *corpus* documental. A análise do quadro 2 evidencia que esses problemas não aparecem de forma isolada, mas se articulam a conceitos como autoria, responsabilidade, transparência, proveniência, rastreabilidade, autenticidade, confiabilidade, auditabilidade, explicabilidade, justiça epistêmica, inclusão informacional, pluralidade conceitual, representação temática, metadados, governança ética e normatividade profissional. Os conceitos transversais funcionaram como operadores analíticos para reconhecer recorrências e aproximações entre os dilemas identificados.

Quadro 2 – Problemas éticos recorrentes no *corpus* documental

Problema ético	Conceitos envolvidos
Fragilização da autoria intelectual	autoria, responsabilidade, transparência
Perda ou ocultação da proveniência	proveniência, rastreabilidade, autenticidade
Comprometimento da confiabilidade informacional	confiabilidade, auditabilidade, autenticidade
Opacidade dos processos algorítmicos	transparência, explicabilidade, auditabilidade
Viés na classificação e indexação	classificação, indexação, justiça epistêmica
Exclusão e marginalização de sujeitos e saberes	inclusão informacional, pluralidade conceitual, justiça epistêmica
Homogeneização das representações	pluralidade conceitual, representação temática
Desresponsabilização pelas decisões automatizadas	responsabilidade, governança ética

Manipulação da recuperação da informação	recuperação da informação, metadados, representação temática
Enfraquecimento da mediação humana	mediação, normatividade profissional

Fonte: Elaboração própria, 2026.

Em seguida, procedeu-se à análise de convergência temática, com a identificação das relações de proximidade entre os conceitos, valores, problemas e dilemas éticos presentes no *corpus* documental. Esse processo permitiu o agrupamento desses elementos em 7 macrodimensões que constituem uma estrutura analítica elaborada com a finalidade de sistematizar os principais núcleos temáticos identificados. Essas macrodimensões foram articuladas aos conceitos transversais identificados na literatura analisada que possibilitou a formulação de questões éticas centrais (Quadro 3) voltadas à problematização dos potenciais impactos da IAG sobre princípios fundamentais da ORC e à análise dos desafios éticos emergentes nesse contexto.

Quadro 3 – Problematizações éticas centrais

Macrodimensão	Problematização dos impactos da IAG sobre a ORC
Autoria, Proveniência e Responsabilidade Intelectual	Problematiza como a IAG tensiona a identificação da autoria, da origem e da responsabilidade pelas representações produzidas ou modificadas. O desafio ético central é definir quem responde por conteúdos, metadados, classificações e descrições gerados com apoio automatizado.
Confiabilidade, Transparência e Governança Algorítmica	Examina como a opacidade dos modelos generativos afeta a confiança nos processos de organização e representação do conhecimento. O desafio está em garantir explicabilidade, auditabilidade e critérios institucionais para validar resultados produzidos por IA.
Justiça Epistêmica e Diversidade Representacional	Analisa se a IAG amplia ou restringe a representação de sujeitos, comunidades, saberes e perspectivas epistemológicas. O risco ético reside na reprodução de hierarquias, apagamentos, marginalizações e homogeneização conceitual.
Representação e Organização do Conhecimento	Problematiza o uso da IAG em atividades como análise documental, indexação, classificação, representação temática e geração de metadados. O desafio é evitar representações imprecisas, enviesadas ou descontextualizadas.
Sistemas de Organização do Conhecimento	Examina os impactos da IAG na construção de taxonomias, tesauros, ontologias e vocabulários controlados. O risco ético está na criação de estruturas conceituais aparentemente neutras, mas baseadas em inferências opacas, vieses terminológicos ou relações semânticas frágeis.

Mediação, Recuperação e Uso da Informação	Analisa como a IAG interfere na mediação entre sujeitos, sistemas e conhecimento. O desafio ético envolve recomendação automatizada, personalização, filtragem de conteúdo e possível restrição da pluralidade informacional.
Infraestruturas Informacionais Digitais, Poder e Governança	Problematiza a presença da IAG em infraestruturas informacionais digitais e as relações de poder e governança associadas ao seu uso. O risco envolve a propagação de erros, a concentração do controle tecnológico e a dependência de plataformas nos processos de organização e representação do conhecimento.

Fonte: Elaboração própria, 2026.

A problematização dos impactos da IAG sobre a ORC evidencia, inicialmente, tensões relacionadas à autoria, à proveniência e à responsabilidade intelectual. Quando conteúdos, metadados, classificações e descrições passam a ser produzidos ou modificados com apoio automatizado, torna-se necessário definir quem responde pelos resultados gerados. A literatura converge para o entendimento de que a responsabilidade não pode ser transferida integralmente aos sistemas de IA, pois estes operam a partir de dados, modelos e parâmetros definidos por agentes humanos e institucionais. Assim, mesmo quando há participação da IAG, permanecem necessárias a supervisão, a validação e a decisão humanas, especialmente em contextos acadêmicos e científicos, nos quais a coerência argumentativa e a integridade do conhecimento produzido continuam vinculadas à responsabilidade autoral e institucional (Delgado; Abreu, 2024; Floridi, 2023; Sampaio; Sabbatini; Limongi, 2024; UNESCO, 2024).

Outra dimensão central refere-se à confiabilidade, à transparência e à governança algorítmica. A opacidade dos modelos generativos dificulta a compreensão dos critérios, dados e processos que orientam classificações, descrições, recomendações e demais formas de representação automatizada. Por essa razão, a literatura destaca a explicabilidade, a auditabilidade, a prestação de contas e a supervisão humana como requisitos para a adoção ética da IA. A responsabilização, nesse caso, deve recair sobre o usuário final, sobre desenvolvedores, organizações e instituições responsáveis pela implementação e validação dos sistemas (Floridi, 2023; O'Neil, 2016; Rockembach, 2024; Sampaio; Sabbatini; Limongi, 2024; UNESCO, 2024).

No âmbito da justiça epistêmica e da diversidade representacional, a IAG impõe o desafio de verificar se amplia ou restringe a visibilidade de sujeitos, comunidades, saberes e perspectivas epistemológicas. Os sistemas generativos não operam a partir de uma posição

neutra, mas reproduzem padrões presentes nos conjuntos de dados utilizados em seu treinamento. Como consequência, grupos historicamente sub-representados, saberes locais e perspectivas não hegemônicas podem ser invisibilizados, distorcidos ou subordinados a categorias dominantes. Nesse sentido, a IAG não cria necessariamente as desigualdades, mas pode intensificar mecanismos preexistentes de exclusão e concentração de poder informacional (Bernardi, 2024; Crawford, 2021; Floridi, 2023; Grohmann; Schneider; Silveira, 2024; O'Neil, 2016; UNESCO, 2024).

Quanto à ORC de modo geral, os impactos da IAG tornam-se visíveis em atividades como análise documental, indexação, classificação, representação temática e geração de metadados. Essas tarefas exigem interpretação contextual e precisão terminológica, elementos que podem ser comprometidos quando a automação produz descrições imprecisas, enviesadas ou descontextualizadas. Metadados gerados automaticamente, por exemplo, podem conter erros, omissões e inconsistências que afetam a recuperação da informação e a confiabilidade dos sistemas documentais. Por isso, o uso da IAG nesses processos requer curadoria, validação especializada e critérios explícitos de controle de qualidade (Bentes Pinto *et al* 2025).

Nos Sistemas de Organização do Conhecimento, a incorporação da IAG afeta diretamente a construção de taxonomias, tesauros, ontologias e vocabulários controlados, uma vez que esses instrumentos dependem da definição de categorias, relações semânticas e estruturas conceituais que orientam a representação e a recuperação da informação. Estudos recentes demonstram que a IA pode apoiar atividades relacionadas à determinação conceitual de descritores, à identificação de relações semânticas e à modelagem de domínios de conhecimento. No entanto, destaca-se que inferências automatizadas podem reproduzir vieses presentes nos dados de treinamento, privilegiar perspectivas dominantes, reduzir a diversidade terminológica e invisibilizar saberes historicamente marginalizados. (Corujo *et al*., 2025; Hayashi *et al*., 2025; Sousa, 2025; Suárez Sánchez; Naumis Peña, 2025).

A mediação, a recuperação e o uso da informação são reconfigurados pela IAG na medida em que sistemas de recomendação, personalização informacional e mecanismos automatizados de busca passam a atuar como instâncias de seleção, hierarquização e acesso ao conhecimento. Para Sousa (2025) essa atuação não é neutra, pois pode priorizar determinados conteúdos, invisibilizar outros e restringir a diversidade epistêmica disponível ao usuário. Nesse contexto, o autor afirma que a mediação humana não deve ser substituída, mas reposicionada

como instância crítica de acompanhamento e correção dos efeitos algorítmicos, especialmente diante da opacidade, dos vieses nos sistemas automatizados.

Por fim, nas infraestruturas informacionais digitais, como repositórios, *linked data*, *web* semântica e ambientes interoperáveis, os efeitos da IAG podem se propagar em larga escala. Erros, inferências equivocadas ou inconsistências conceituais produzidas em um ponto do sistema podem afetar diferentes ambientes informacionais. Além disso, essas infraestruturas não são neutras, pois seu desenvolvimento e controle estão associados a estruturas econômicas, institucionais e tecnológicas que concentram capacidade decisória em grandes corporações e podem produzir relações de dependência tecnológica (Crawford, 2021; Grohmann; Schneider; Silveira, 2024).

Essa condição amplia a discussão ética para os interesses que atravessam a utilização dessas tecnologias nos processos informacionais e para a necessidade de transparência e governança sobre seus usos. Nesse cenário, a autenticidade, a proveniência, a rastreabilidade e a confiabilidade documental permanecem essenciais para a produção, organização e circulação da informação (Floridi, 2023; Rockembach, 2024).

Esse cenário evidencia que os princípios clássicos da ORC não perdem relevância diante da IA; ao contrário, tornam-se mais necessários. Autoria, proveniência, responsabilidade intelectual, confiabilidade documental e justiça epistêmica funcionam como critérios de análise para examinar o que os sistemas generativos produzem, reorganizam e fazem circular.

Assim, o debate sobre IAG oferece instrumentos conceituais para questionar a aparência de neutralidade dos sistemas e exigir formas mais claras de mediação e responsabilização. A área pode atuar como campo crítico para avaliar não apenas os resultados produzidos pela IA, mas também os processos que tornam esses resultados possíveis. Nesse sentido, os dilemas analisados são questões estruturais sobre como o conhecimento passa a ser organizado, validado e reconhecido em ambientes mediados por sistemas automatizados.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou sistematizar conceitos transversais, problemas éticos recorrentes e macrodimensões analíticas relacionadas aos dilemas éticos associados ao uso da IAG na ORC. A análise do *corpus* documental evidenciou que os desafios éticos associados à IA não constituem um fenômeno externo à ORC, mas se inserem em problemáticas historicamente discutidas pela área. Questões relacionadas à autoria, proveniência, confiabilidade,

transparência, responsabilidade, justiça epistêmica, mediação e governança permanecem presentes, embora assumam novas configurações diante da automação crescente dos processos informacionais.

A pesquisa demonstrou que a incorporação da IA não substitui os problemas éticos tradicionalmente enfrentados pela ORC, mas amplia sua complexidade ao deslocar parte das atividades de representação e organização para sistemas computacionais cujos critérios nem sempre são plenamente visíveis. Nesse contexto, a incorporação da IAG à ORC também exige considerar as relações de poder e governança associadas às infraestruturas tecnológicas, especialmente diante da concentração de recursos e da dependência de sistemas desenvolvidos e controlados por grandes corporações.

A resposta à questão de pesquisa indica que os principais dilemas éticos associados ao uso da IAG na Organização e Representação do Conhecimento concentram-se na atribuição de responsabilidades pelas representações produzidas, na preservação da proveniência e da confiabilidade dos registros, na possibilidade de reprodução de desigualdades epistêmicas e na necessidade de maior transparência sobre os processos que sustentam a geração automatizada de conteúdo. Tais questões revelam que os desafios contemporâneos não se limitam à eficiência tecnológica ou à capacidade operacional dos sistemas, mas envolvem aspectos relacionados à legitimidade do conhecimento produzido, aos mecanismos de validação da informação e às condições que permitem atribuir confiança aos processos de representação.

A crescente capacidade dos sistemas generativos de produzir, reorganizar e disseminar conhecimento em larga escala reforça a necessidade de revisitar os fundamentos da ORC sob novas condições tecnológicas. Nesse cenário, a contribuição da ORC vai além do aperfeiçoamento de técnicas de organização da informação, pois reside na capacidade de problematizar criticamente os critérios que orientam a produção, a validação e a circulação do conhecimento.

Como possibilidade de continuidade, estudos futuros podem ampliar o *corpus* documental e incorporar perspectivas da Ética da Informação, da economia política da informação e dos estudos críticos sobre plataformas digitais, com atenção às relações de poder, soberania tecnológica e governança associadas ao uso da IAG nos processos de Organização e Representação do Conhecimento.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Edições 70, 1977.

BERNARDI, Guilherme. Limites absolutos ou relativos para a substituição de postos de trabalho por inteligência artificial? Considerações a partir da automação industrial e da subsunção do trabalho intelectual. **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação da Comunicação e da Cultura**, São Cristóvão, v. 26, n. 2, p. 109-124, 2024. Disponível em: https://ufs.emnuvens.com.br/eptic/article/view/20833. Acesso em 12 maio 2026.

CAPURRO, Rafael. Desafíos teóricos y prácticos de la ética intercultural de la información. *In*: RODRÍGUEZ, Luis Germán; PÉREZ ÁLVAREZ, Miguel Ángel (coord.). **Ética multicultural y sociedad en la red**. Madrid: Fundación Telefónica, 2014. p. 3-25. Disponível em: http://www.capurro.de/paraiba.html. Acesso em: 10 jun. 2026.

CORUJO, Luís; REVEZ, Jorge; GUARDADO DA SILVA, Carlos; ASCENSÃO DE MACEDO, Laureano S. A produção científica portuguesa sobre (Sistemas de) Organização do Conhecimento no âmbito da ISKO. *In*: RIBEIRO, Fernanda (org.). **Desafios éticos na Organização do Conhecimento**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2025. v. 2, p. 379-393.

CRAWFORD, Kate. **Atlas of AI:** Power, politics, and the planetary costs of artificial intelligence. Yale University Press, 2021.

DAHLBERG, Ingetraut. Knowledge organization: a new science? **Knowledge Organization**, Frankfurt, v. 33, n. 1, p. 11-19, 2006. Disponível em: https://www.imrpress.com/journal/ko/33/1/10.5771/0943-7444-2006-1-11. Acesso em: 10 jun. 2026.

DELGADO, Vitor Rabelo; ABREU, Vinicius Augusto de Carvalho. Inteligência artificial generativa e escrita acadêmica: reflexões éticas. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 24., 2024, Aracaju. **Anais** [...]. Aracaju: ANCIB, 2024. Disponível em: https://enancib.ancib.org/enancib/article/view/1743. Acesso em: 10 jun. 2026.

FLORIDI, Luciano; CHIRIATTI, Massimo. GPT-3: Its nature, scope, limits, and consequences. **Minds and Machines**, [*s. l.*], v. 30, n. 4, p. 681-694, 2020. Disponível em: https://link.springer.com/article/10.1007/S11023-020-09548-1. Acesso em: 12 maio 2026.

FLORIDI, Luciano. **The Ethics of Artificial Intelligence**: Principles, Challenges, and Opportunities. Oxford: Oxford University Press, 2023.

GROHMANN, Rafael; SCHNEIDER, Marco; SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. Soberania e Inteligência Artificial: perspectivas brasileiras. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, 2024. Disponível em: https://search.proquest.com/openview/a43fc90acc8933009aec35af0cba408a/1?pq-origsite=gscholar&cbl=5008010. Acesso em: 10 jun. 2026.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves; MILANI, Suellen Oliveira; EVANGELISTA, Isadora Victorino. Valores éticos na organização e representação do conhecimento. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, v. 20, n. 42, p. 19-32, jan./abr. 2015. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/147/14735377003.pdf. Acesso em: 10 jun. 2026.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves; MILANI, Suellen Oliveira; PINHO, Fábio Assis. Aspectos éticos em organização e representação do conhecimento (ORC): uma análise preliminar de valores e problemas a partir da literatura internacional da área. **Encontros Bibli**: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, v. 13, n. esp. 1, p. 124-135, 2008. Disponível em: https://doi.org/10.5007/1518-2924.2008v13nesp1p124 . Acesso em: 10 jun. 2026.

HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini; SILVA, Marcia Regina da; RIGOLIN, Camila Carneiro Dias; MARCELO, Júlia Fernandes. Ética algorítmica e interseccionalidade na Organização do Conhecimento com Inteligência Artificial. *In*: RIBEIRO, Fernanda (coord.). **Desafios éticos na organização do conhecimento**. Porto: CITCEM, 2025. v. 2, p. 99-112.

HJØRLAND, Birger. Domain analysis in information science: eleven approaches – traditional as well as innovative. **Journal of Documentation**, Bingley, v. 58, n. 4, p. 422-462, 2002. Disponível em: https://doi.org/10.1108/00220410210431136. Acesso em: 10 jun. 2026.

HJØRLAND, Birger. What is knowledge organization (KO)? **Knowledge Organization**, Frankfurt, v. 35, n. 2/3, p. 86-101, 2008. Disponível em: https://storage.imrpress.com/imr/journal/KO/article/505437/1752847178259.pdf. Acesso em: 10 jun. 2026.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio da pesquisa social**. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p. 9-29.

NOBLE, Safiya Umoja. **Algorithms of oppression**: how search engines reinforce racism. NYU Press, 2018.

O'NEIL, Cathy. **Weapons of math destruction**: How big data increases inequality and threatens democracy. Crown, 2016.

BENTES PINTO, Virgínia; SOUZA, Rosali Fernandez de; SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa; SILVA, Armando Malheiro da. Inteligência artificial e organização do conhecimento: possibilidades e desafios para a representação temática da informação. *In*: RIBEIRO, Fernanda (coord.). **Desafios éticos na organização do conhecimento**. Porto: CITCEM, 2025. v. 1.

RIBEIRO, Fernanda (org.). **Desafios éticos na Organização do Conhecimento**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2025. v. 1.

RIBEIRO, Fernanda (org.). **Desafios éticos na Organização do Conhecimento**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2025. v. 2.

ROCKEMBACH, Moisés. Ciência aberta e inteligência artificial: desafios éticos e transparência em modelos generativos. *In*: CONFERÊNCIA LUSÓFONA DE CIÊNCIA ABERTA, 15., 2024. **Anais** [...]. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2024. Disponível em: https://www.elibrary.ru/item.asp?id=75019919. Acesso em: 10 jun. 2026.

ROVETTO, Robert J. The ethics of conceptual, ontological, semantic and knowledge modeling. **AI & Society**, Dordrecht, v. 39, p. 1547-1568, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.1007/s00146-022-01563-3. Acesso em: 10 jun. 2026.

SAMPAIO, Rafael Cardoso; SABBATINI, Marcelo; LIMONGI, Ricardo. **Diretrizes para o uso ético e responsável da inteligência artificial generativa**: um guia prático para pesquisadores, São Paulo: Intercom, 2024. Disponível em: https://econtents.sbu.unicamp.br/boletins/index.php/ppec/article/view/9509/4948. Acesso em: 24 de set. 2025.

SOUSA, Nuno. Singularidades éticas: a coevolução dos sistemas de organização do conhecimento com IA Generativa e o papel transformador do utilizador. *In*: RIBEIRO, Fernanda (coord.). **Desafios éticos na organização do conhecimento**. Porto: CITCEM, 2025. v. 1, p. 179-192.

SUÁREZ SÁNCHEZ, Adriana; NAUMIS PEÑA Catalina. Aplicaciones de la Inteligencia Artificial en el modelado de la estructura semántica-relacional de un tesauro de Bibliotecología y Estudios de la Información. *In*: RIBEIRO, Fernanda (coord.). **Desafios éticos na organização do conhecimento**. Porto: CITCEM, 2025. v. 2, p. 285-299.

UNESCO. **Guia para a IA generativa na educação e na pesquisa**. Unesco, 2024.

ZAMBONI, Rita Costa Veiga; FRANCELIN, Marivalde Moacir. Garantia cultural, garantia ética e hospitalidade na organização e representação do conhecimento. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 17., 2016, Salvador. **Anais** [...]. Salvador: ANCIB, 2016. Disponível em: https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/002793479.pdf. Acesso em: 10 jun. 2026.